

Ora, nós temos tempo para isso; nós temos tempo para aprovar uma proposta de emenda constitucional. Nós temos tempo para fazer algumas discussões com prefeitos, secretários municipais de Educação, educadores, secretários municipais de Finanças. Eu acho que nós devemos aproveitar isso.

É verdade que há uma pressão sobre esta Casa para aprovar isso rapidamente; há uma pressão das entidades de Educação, há uma pressão do Ministério Público. Muito disso comandado pelo ex-secretário Rossieli Soares que, na verdade, é o responsável por ter demorado a mandar a esta Casa e é o responsável por não ter prestado atenção em que era necessária uma emenda constitucional para adequar as duas Constituições.

Agora, o prazo legal, como eu disse, foi expirado em 26 de agosto. Há uma resolução do MEC prorrogando esse prazo, que por sinal já venceu também. Agora, concretamente: uma resolução do MEC não se sobrepõe a uma lei federal.

Então, o projeto, qualquer um que seja aprovado aqui, precisa ser negociado pelos próximos governos, porque ele corre o risco de receber uma ação direta de inconstitucionalidade dos demais estados, na medida em que esse critério, ao ser estabelecido no Estado, implica a distribuição do Valor Adicionado Aluno...

O “R”, eu esqueci o que é agora. VAAR, mas o que é o “R”? Resultado. Valor Adicionado Aluno Resultado, que será distribuído entre os estados. Ora, se São Paulo for impedido de receber, sobra mais para os demais estados.

Então, a minha ponderação é esta: que seja votada a proposta de emenda constitucional, para que a gente possa fazer o nosso trabalho com maior tranquilidade. E que a gente aproveite esse vácuo de tempo entre um e outro para fazer um debate um pouquinho mais aprofundado com os municípios e compreender melhor o que é que nós estaremos votando.

Vou ceder meu tempo agora...

Aliás, à próxima oradora, deputada Bebel. Desculpa.

E obrigado.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Bem, boa noite, Sr. Presidente. Cumprimento a Mesa Diretora de trabalhos, os assessores à minha esquerda, à minha direita, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, público presente e público que nós acompanha através da TV Alesp.

É importante destacar o seguinte: o Projeto de lei no 424, de 2022, não atende ao que deveria atender, que é a própria Emenda Constitucional no 108, de 2020, que instituiu o Fundeb permanente.

Então, essa quota-parte da qual falamos, nós estamos nos referindo à quota-parte que compõe a cesta de recursos do Fundeb permanente. Aliás, matéria debatida por nós nesta Casa, durante a tramitação. Eu fui, senão, a responsável por instituir a comissão pró-Fundeb permanente, e aí que dá origem a essa Emenda Constitucional nº 108, de 2020.

Então, como disse o deputado Mauríci, tem uma questão de legalidade. Isso é importante. Não é uma questão que a gente está fazendo a disputa. Nós não estamos nem entrando no mérito dos critérios preestabelecidos, mas a legalidade.

O que vai garantir claramente que a gente tem certeza de que essa lei pode ser colocada em prática, sem nenhum problema para os estados e os municípios.

É exatamente ter uma Proposta de Emenda Constitucional, e para ter essa Proposta de Emenda Constitucional, o deputado Mauríci fez uma Proposta de Emenda Constitucional, e nós estamos precisando das 33 assinaturas. Perguntava eu hoje à tarde, “está faltando quanto?”. Ainda falta.

Então, nós temos que coletar essas assinaturas, para dar curso a uma norma técnica que responde, de fato, a lei. Porque a lei, em si, é frágil, muito frágil. Ela é frágil, ela não trata precisamente, por exemplo, de dados. Nós estamos sem dados do IBGE, porque não teve. Então, nós precisamos ter os dados claros, mais precisos disso aí.

Nós precisamos estabelecer, porque como está dito, também, nós temos que considerar que a lei trata a questão da qualidade, da melhoria da qualidade, de forma muito métrica, e não é para ser. Porque junto com isso, nós temos que levar a população, o crescimento populacional, o tamanho do município, o que se arrecada.

Então, não nos dá clareza do impacto que essa lei pode vir a causar, caso ela seja aprovada. Então, nesse sentido é que é importante, deputada Analice, que nós nos debruçemos sobre essa lei, que seja repensado o instrumento de tramitação. Portanto, a PEC do deputado Mauríci dá conta, e, ao mesmo tempo, os critérios que deem conta também.

Porque, veja bem, começa com as considerações sobre as etapas do ensino. É inadequado você dizer: “nós vamos avaliar o 1º Ciclo do Ensino Fundamental”. E o 2º Ciclo, vai para quando? Eu acho que não é isso.

E aí, no meu entendimento, ao ler a lei, em não dando a visibilidade que tem que ser dada à Educação Infantil, o que ocorrerá, de fato, é que a gente desmonta a concepção de Educação Básica, e todo o foco passa a ser Ensino Fundamental, que é para onde os recursos serão canalizados.

Então, toda luta, deputado Mauríci, que nós tivemos para transitar de Fundef para Fundeb, pode ser em vão, porque Educação Infantil fica descoberta, e nós fizemos uma luta. Aliás, o Fundeb diz o contrário. O Fundeb dá total visibilidade à Educação Infantil. O Fundeb coloca que a primeira infância tem um papel fundamental no desenvolvimento educacional da criança.

Então, o recurso também tem que se voltar para essa etapa da Educação Básica, e a concepção de Educação Básica que temos é Infantil, 1º Ciclo, 2º Ciclo, Ensino Médio, e todas as modalidades de ensino, e os recursos do Fundeb podem ser perfeitamente canalizados para isso, na sua totalidade.

Pois não, deputado Mauríci.

O SR. MAURÍCI - PT - Um aparte, deputada Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pois não.

O SR. MAURÍCI - PT - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Para dizer o seguinte. No mês de agosto, nós realizamos aqui na Alesp um seminário sobre esse tema.

Trouxemos prefeitos, secretários municipais de Educação, educadores, secretários municipais de Finanças. O inteiro teor desse seminário foi degradado e colocado à disposição nos e-mails dos deputados e deputadas.

Com relação à PEC, temos 20 assinaturas. Precisamos de mais treze.

Muito obrigado.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - É isso. Agora, uso esse minuto e 32 segundos - o tempo era dele mesmo, então nem precisava pedir aparte; podia tomar, né, pegar seu tempo, deputado Mauríci - para dizer o seguinte: me dirijo ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Carlão Pignatari, para que, na próxima semana, a gente então tenha uma reunião e essa reunião de conta de estabelecer o melhor instrumento de tramitação, instrumento legal, para que a gente, de fato, venha a poder garantir uma melhor tramitação e também até a busca de entendimento, porque os deputados, como disse o deputado Mauríci, têm que ter clareza no que vão votar e no que está sendo tramitado.

Isso, para nós, é muito caro. É uma luta que todos nós fazemos pelo Fundeb permanente. Ele se tornou realidade e agora a realidade tem que se concretizar da melhor forma possível.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças, eu gostaria de pedir o levantamento.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputada, nós temos um deputado, está inscrito o deputado Daniel José para falar a favor do projeto.

O SR. DANIEL JOSÉ - PODE - Bom, boa tarde a todos, colegas deputados, assessoria aqui presente, todos os que estão na galeria e também todos os que nos assistem pela TV Alesp.

Essa discussão do ICMS Educacional é uma discussão muito importante. Desde o começo do mandato, em 2019, tenho me aprofundado e discutido por diversas vezes com os colegas deputados aqui na Casa sobre esse projeto.

Ao longo dos últimos anos, desde 2007, quando esse projeto foi implementado, quando a proposta de um ICMS Educacional foi implementada no Ceará, ocasionou efeitos muito importantes e muito significativos para a Educação no Brasil. Foi esse projeto que deu o pontapé inicial para que a Educação no Ceará, nos anos iniciais, sobretudo, fosse referência para o resto do Brasil.

Esse projeto, através de alguns estudos, mostra que, quando implementado e onde for implementado, ele não só aumenta a aprendizagem dos alunos, como também reduz a desigualdade educacional, que é um indicador muito importante que todos deveriam observar.

Então, hoje, milhares e milhares de alunos das redes municipais do estado do Ceará têm muito mais oportunidades e possibilidades de avançarem em suas vidas, tendo muito mais condições de entrar no ensino superior, tendo muito mais condições de terem trabalhos melhores, por conta desse projeto que foi inicialmente implementado em 2007.

Tudo que é política pública boa, que dá resultado e que funciona, a gente tem que buscar absorver. Então, hoje, no Brasil, outros oito estados têm as suas versões de ICMS Educacional implementadas.

A gente tem uma emenda constitucional aprovada, a emenda constitucional do novo Fundeb, que coloca um prazo para que os estados se adequem para criar as suas versões de ICMS Educacional.

Mesmo antes disso, desde o início do mandato, trabalhei longamente dialogando com diversas instituições e fundações ligadas à Educação, com a própria Secretaria de Educação, com a Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, para que a gente conseguisse chegar a uma versão final que compreendesse todas as necessidades e que fosse um projeto bem adaptado à realidade de nosso estado.

A gente chegou a essa versão. A versão foi apresentada e hoje a gente está aqui começando a discutir-la. Esse é um dia muito especial para a Educação de São Paulo. Esse é um dos poucos projetos que a gente viu nos últimos três anos e meio que têm condições reais de melhorar a qualidade da aprendizagem dos alunos do estado de São Paulo para os próximos anos e décadas.

Uma parcela relevante do ICMS repassada aos municípios vai ser definida, os valores vão ser definidos com base no quão bem os prefeitos e as suas equipes das secretarias municipais de Educação trabalharem políticas públicas de Educação nas suas realidades.

Isso traz efeitos positivos, como eu disse, para quase quatro milhões de alunos que estão hoje estudando nas redes municipais do Estado, não só agora, mas para os próximos anos e para as próximas décadas.

Então hoje é um dia muito importante para a gente olhar o quão importante é a gente ter uma Assembleia Legislativa que olha tecnicamente, discute tecnicamente o tema da Educação.

Então é um dia muito importante e a gente tem que levar para frente essa discussão de uma maneira técnica; e eu vi aqui alguns pontos que eu acho que são importantes falar do projeto. Eu, como relator especial do projeto, fiz uma adaptação; o projeto não é inconstitucional.

Pelo contrário, existe até uma obrigação constitucional para que ele seja implementado nos estados. O que acontecia é que ele não se adequava a certas limitações da Constituição do Estado de São Paulo e não da Constituição Federal. E o meu relatório basicamente adequa o projeto para a realidade da Constituição do Estado.

Então hoje ele é plenamente ok. Não tem o menor problema de progredir se votado, aprovado, sancionado, porque ele não tem nenhuma inconstitucionalidade. Quais são as principais alterações do ICMS educacional em São Paulo? O critério “população”, que hoje equivale a 13% vai a zero e no seu lugar entra o critério de desempenho educacional, o critério de educação.

Esse critério de educação é basicamente uma fórmula que compõe tanto a aprendizagem quanto o porte das redes municipais. É muito importante levar em consideração o porte, porque São Paulo, diferente de outros estados do Brasil, tem municípios de tamanhos populacionais completamente diversos. A gente tem municípios de 600 habitantes e a gente tem, obviamente, a capital, São Paulo, com mais de 12 milhões de habitantes.

Então é importante levar em consideração o porte. Quando a gente olha o porte, a gente não olha só o tamanho da população; a gente dá um peso para o tamanho da população, dá um peso para a quantidade de matrículas nas redes municipais e também um peso para alunos no CadÚnico, levando em consideração então alunos em situação de vulnerabilidade.

Isso tem um peso e tem que ter, porque redes com maior proporção de alunos em situação de vulnerabilidade são redes que têm maior dificuldade de avançar na qualidade do ensino, até porque a variável, segundo várias pesquisas no Brasil, que melhor mostra o desempenho educacional é o nível de desempenho de escolaridade dos pais.

O nível de escolaridade dos pais é um grande determinante do nível de escolaridade dos filhos, da aprendizagem dos filhos. Então levando em consideração também esse aspecto de vulnerabilidade para que a gente dê um peso maior para aqueles municípios que têm maior concentração de alunos em situação de vulnerabilidade.

E o outro ponto, que é o indicador de aprendizagem, que é o IQEM, leva em consideração a alfabetização. Então, portanto, compreende talvez não da forma que o deputado Mauríci mencionou aqui, mas compreende também a Educação Infantil que tem como conclusão a alfabetização da criança. Então a alfabetização é considerada e tem um peso relevante.

Junto com isso e com o mesmo peso, a aprendizagem dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental e por último o fluxo, que é extremamente importante. O fluxo nada mais é do que aquele critério do quanto que os alunos estão indo para a escola, qual que é o abandono escolar, qual que é a retenção dos alunos.

Sobretudo no momento pós-pandemia, é muito importante que a gente leve em consideração também o fluxo, porque existem milhares de crianças ao redor do Estado que tiveram ao longo desses últimos anos que abandonaram a escola para gerar uma renda para a família e, infelizmente, se desconectam do sistema educacional.

A gente tem que levar isso em consideração e tem que também colocar essa variável na conta justamente para gerar um incentivo para que os municípios trabalhem em ações para melhorar o fluxo das suas redes educacionais, portanto, para que os municípios reduzam o abandono escolar nas suas cidades, nas suas redes municipais.

Então esse é um ponto extremamente importante, a alfabetização, aprendizagem dos anos iniciais e também o fluxo. E aí uma pergunta que a deputada Bebel mencionou sobre a ausência dos anos finais do Ensino Fundamental na conta.

Na nossa LDB, como a própria deputada deve conhecer muito bem, a responsabilidade da execução da Educação nos anos finais do ensino fundamental é uma responsabilidade que não é 100% do município. Ela é dividida entre município e estado.

Nessa divisão, tem diversos municípios que executam os anos iniciais e tem diversas cidades onde é o estado que executa os anos finais.

Então, no final das contas é importante concentrar os nossos esforços para a melhoria da Educação nos anos iniciais, não só porque é uma etapa extremamente importante a alfabetização em anos iniciais, mas também porque os anos finais não são de responsabilidade exclusiva dos municípios, e isso gera uma série de questões e complexidades que no final das contas acabam prejudicando e diminuindo a qualidade do projeto como um todo.

Um outro ponto importante que foi levantado agora pela deputada Bebel é sobre a origem dos dados. A origem dos dados é muito clara e está escrita no projeto. Quem ler o projeto vai ver muito bem de onde vão vir os dados. Os dados virão do Saresp.

O Saresp, hoje, não é executado em todos os municípios do Estado porque ele é financiado dos municípios, na realidade de hoje, mas no próprio projeto a execução do Saresp passa a ser de responsabilidade e financiamento do Governo do Estado e, portanto, executado de forma censitária, a partir da execução da sanção da lei do ICMS educacional. Todos os municípios do Estado, todos os alunos das redes municipais, vão fazer essa avaliação anualmente.

Existem diversas pesquisas acadêmicas, diversos experimentos, que mostram que quando os alunos fazem mais avaliações externas, o resultado por si só já melhora, porque todo mundo começa a olhar ali o nível de aprendizagem e a redução do abandono escolar como objetivos a serem alcançados.

Então a partir do momento que a gente, como Governo do Estado, implementa a avaliação em todos os municípios para todos os alunos, a gente só nessa já garante que a probabilidade de os alunos aprenderem mais e abandonarem menos a escola já melhora.

Então isso já é por si só, sozinho, se isso fosse um projeto de lei, sozinho já seria um projeto maravilhoso para o Estado. Só que esse é um complemento, uma parte do projeto maior do ICMS educacional. Portanto, é um projeto de grande impacto para a Educação de São Paulo.

E o que é muito importante falar é que, poxa, “mas, Daniel, hoje em dia o Saresp não é executado para todos os alunos e não é financiado pelo Estado”. Pois bem, por isso mesmo que existe uma curva de adaptação de implementação do projeto.

Por isso também, além do fato de que esse projeto gera um impacto fiscal nos municípios e que, portanto, é importante que ele seja implementado de forma gradual ao longo dos próximos quatro anos, é também importante que dê tempo suficiente para que a realidade de hoje seja substituída pela realidade do futuro, que é do estado de São Paulo, do Governo do Estado, financiando as avaliações em todos os municípios e executando-as para que todos os alunos façam as avaliações.

Então esses são pontos extremamente importantes que valem a pena, que já são questões técnicas ligadas ao projeto que já foram levantadas e que é importante a gente conseguir responder.

Então, dos pontos levantados pelo deputado Mauríci e pela deputada Bebel, já vão alguns muito claros: o projeto não é inconstitucional; pelo contrário, ele é uma obrigação constitucional, ele precisa ser implementado pelos estados, tem prazo para isso.

São Paulo já está atrasado, já era para ter sido aprovado em agosto, mas a gente sabe a realidade do Estado, a realidade do Brasil é que em um ano de eleição, em agosto, quando começam as eleições, a prioridade da votação e discussão de projetos técnicos fica em segundo plano, para o prazo de discussões e para os trabalhos aí de campanha de todos os deputados, então essa é uma realidade que não dá para mudar, infelizmente, é assim que funciona.

Então ele é um projeto que tem fontes de dados claras e que por si só já melhora, gera incentivos para melhorar a qualidade do ensino no Estado. Um outro ponto é que a relatoria somente adequa a Constituição do Estado.

Se a gente conseguir acoplar uma alteração da Constituição para que o projeto seja aprovado na sua forma original, melhor ainda, porque daí o peso da Educação sai de 13% e vai para 18%, como inicialmente previsto.

Então, se a gente conseguir fazer isso em um tempo hábil, e é muito importante que seja em um tempo hábil porque a gente sabe que o ano legislativo está terminando, que esta legislatura está terminando, e essa é uma obrigação do Estado de aprovar o ICMS educacional, se não a gente corre riscos aí de ter alguns efeitos colaterais de repasses de Fundeb no próximo ano, que vai prejudicar, no final de contas, não é nem o Estado, nem os municípios, mas no final de contas vai prejudicar os alunos, vai prejudicar as famílias.

Então é muito importante deixar isso claro. Ele não leva em consideração os anos finais por uma questão da LDB, então é muito claro. E a questão do ensino infantil, de creches e tudo mais, não existem hoje indicadores claros que meçam qualidade de ensino infantil. Aliás, é um debate muito importante para o Brasil evoluir, a gente ainda está em estágios muito iniciais.

Portanto, nesse primeiro passo, talvez em algum momento futuro incorporar algo ligado à qualidade do ensino infantil seja interessante, mas acho que de certa forma ele já é incluído quando a gente coloca ali o indicador de alfabetização na conta.

Então, caras colegas, este é um dia muito importante, em que a gente começa, oficialmente, a discussão de um projeto extremamente importante para a qualidade da Educação de São Paulo, um projeto a que eu me dediquei muitas e muitas horas, centenas e centenas de horas ao longo do meu mandato, discutindo com prefeitos, com associações de prefeitos, com Secretaria de Educação, de Planejamento, Banco Mundial, institutos e fundações ligados à Educação para que a gente conseguisse avançar ao longo desses últimos meses na interlocução com o governo.

Inclusive, fui muito bacana o processo de trabalhar junto ao governo de São Paulo para que a gente conseguisse chegar a uma versão final, tendo como base o meu projeto, que está aqui protocolado e progredindo aqui, na Assembleia.

Foi um acerto em comum, um acordo em comum que a gente fez junto com o Governo do Estado para que a gente conseguisse fazer, através do projeto que eu apresentei já em 2019 e depois, 2021, para que a gente conseguisse, com base nesse projeto, tendo como princípios técnicos esse projeto, fazer alterações pontuais aqui e ali e, assim, ter um projeto em comum.

O governo de São Paulo, de forma muito grandiosa, apresentou o para a Casa, com base naquilo que eu tenho trabalhado desde 2019 e que eu acredito muito que com a contribuição técnica de todos os colegas deputados a gente vá conseguir aprová-lo ainda este ano e fazer com que quatro milhões de alunos das redes municipais do Estado tenham uma educação melhor.

E não só esses quatro milhões atuais, mas também as próximas gerações de alunos que vão passar pela Educação Infantil, pelos anos iniciais e finais do ensino fundamental.

Então eu queria agradecer, saudar a vinda desse projeto e o início da discussão desse projeto que é tão importante para a Educação de São Paulo, que é tão importante para as próximas gerações de crianças e jovens paulistas.

Obrigado.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Havendo acordo entre as lideranças, quero pedir o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Se tem acordo de todos os líderes, está levantada a presente sessão. Retifico a convocação de sessão ordinária de amanhã para que seja sem Ordem do Dia, mantendo-se os demais termos.

Está levantada a sessão.

\* \* \*

- Levantada a sessão às 17 horas e 53 minutos.

\* \* \*

## 20 DE OUTUBRO DE 2022

### 120ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: JANAINA PASCHOAL e CONTE LOPES

#### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JANAINA PASCHOAL

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CONTE LOPES

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - CONTE LOPES

Assume a Presidência.

5 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - JANAINA PASCHOAL

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

9 - PRESIDENTE CONTE LOPES

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 21/10, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

\* \* \*

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Janaina Paschoal.

\* \* \*

- Passa-se ao

#### PEQUENO EXPEDIENTE

\* \* \*

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Boa tarde a todos. Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Imediatamente abro o Pequeno Expediente iniciando a leitura dos oradores inscritos, chamando à tribuna o deputado Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Edson Griuboni. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. Farei uso da palavra posteriormente.

Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Deputada Leticia Aguiar. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputado Rodrigo Gambale. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Reinaldo Alzug. (Pausa.) Deputado Alex de Madureira. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.)

Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Conte Lopes.

Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CONTE LOPES - PL - Ontem estivemos na Zona Norte de São Paulo, em um evento com as mulheres que apoiam Bolsonaro, e vi uma mãe, a Michelle Bolsonaro, chorosa, triste, chorando mesmo pela política. Alguém que ofende a filha da primeira-dama com o presidente, no seu dia de aniversário. Uma coisa do outro mundo.

Olha, a gente está disputando a eleição há tanto tempo. Eu já ganhei dez eleições, nunca vi essa coisa. Que coisa absurda. Como alguém ofende uma menina que está fazendo 15 anos de idade? E a gente vê a mulher do presidente chorando, ali, na frente de todo mundo, atingida, ofendida. Realmente, é o fim do mundo. Onde que a gente chega?

Vamos parar para pensar. Vamos parar para pensar. Quem quer que ganhe as eleições, o outro dia é o outro dia. À noite estivemos também, junto com Tarcísio de Freitas e a própria Michelle, em outro evento na Zona Norte, na Associação dos Oficiais da Polícia Militar.

E lá, quando Tarcísio fala a respeito de Segurança Pública - e nem tinha usado a palavra, eu estava lá - milhares de pessoas começaram a gritar “Rota na rua”. O Povo gritando “Rota na rua”.

Então, veja a falta de Segurança. Mas tudo bem, não estou fazendo política aqui não. Em seguida, acabou, desci lá para cumprimentar o pessoal, e se aproxima um candidato a deputado estadual pelo PTB, e ele me relatou - vou dizer aqui, na frente dos jornalistas, do Felipe, que trabalha comigo, e do Marcos - o que ele passou em Paraisópolis, onde a caravana lá do Tarcísio de Freitas foi atacada, o que ele passou lá.

Ele falou para mim assim: “olha, deputado, eu fui levado para a laje. Os bandidos do PCC...”. É um professor, é um educador. “Me levaram para laje, porque eu estava distribuindo material, e eles chegaram lá e falaram que eu não podia fazer aquilo. Mas eu disse para eles que eu nasci aqui, eu sou da comunidade, eu sou de Paraisópolis”.

Eles falaram: “não interessa, o nosso partido, que a gente apoia aqui é outro, é o PT, não são seus candidatos. Então, aqui você não vai poder fazer”. E só não morreu porque ele nasceu lá.

A que ponto que nós estamos chegando? A que ponto nós estamos chegando? E você, da periferia de São Paulo, preste bem atenção no que você está pensando, no que você está fazendo.

Talvez a campanha não chegou em você porque muita gente tem medo mesmo de ir para determinados locais. Agora, não é de hoje, e não estou falando de PT, de Lula, de Haddad, de Tarcísio. Estou falando que há muito tempo isso está acontecendo em São Paulo.

Para ir em uma visita a Paraisópolis, junto com o Alckmin, que hoje é vice do Lula, e o Serra, tiveram que pedir autorização. Eu estava lá. Pediram autorização para o crime, àquela época, eu ouvi os papos.

Inclusive, até, deputado Giannazi, eu fui até ameaçado lá. “Esse cara é da Detenção”. Eu não sou da Detenção, quem era da Detenção era o deputado Ubiratan, já falecido, morto.

Mas, na cara dura. Tem que pedir autorização para entrar na periferia de São Paulo. Então, você, da periferia, pense bem também. Viu, querido? Você tem mulher, você tem filho, você tem família. Não acredite no crime. Desde molequinho, que eu lia gibi, está escrito lá. Não existe honra entre bandidos. Não existe honra. Não confie em bandido, não.

Não estou falando de politicagem. Só estou falando isso. Não confie em bandido. Não acredite que bandido vai saber onde você votou, em quem você votou. Isso não existe.

Então, use o seu direito de voto. Vá votar e use seu direito de voto. Agora, é o fim do mundo fazer isso com um professor em Paraisópolis. Levar, como ele falou para mim, para a laje. Estou dando testemunho porque ele estava comigo, porque ele era do PTB e não pôde fazer.

“Aqui você não faz, e nem na periferia, faz onde você quiser”. E o cara não pôde fazer campanha. Onde nós vamos chegar então? Não estou falando de partido político, estou falando do que acontece em São Paulo, infelizmente.

Muitas pessoas... nós fomos para a periferia e disseram: “Aqui você não entra” e “Vá embora”. Pô, o que é que é isso? Agora, fica para os nossos governantes, porque todo mundo vem falar que faz e, depois, sai correndo, não é?

Então, eu estou cobrando, como eu estou cobrando há mais de 30 anos. Vou colocar aqui que eu vim para a política há 30 anos atrás, em 86, porque eu fui tirado da Rota, porque eu combati o crime e fui colocado no Hospital Militar.